

**ECONOMIA E IMPRENSA NO BRASIL:  
A PRIVATIZAÇÃO DO BANERJ NO JORNAL *O GLOBO***

***ECONOMY AND PRESS IN BRAZIL:  
THE PRIVATIZATION OF THE BANERJ IN O GLOBO JOURNAL***

Rafael Vaz da Motta Brandão\*

**RESUMO**

O artigo procura discutir o posicionamento assumido pelo jornal *O Globo* frente às privatizações da década de 1990, tomando como estudo de caso o processo de desestatização do Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj), cujo controle acionário foi adquirido pelo grupo Itaú em junho de 1997. Através da análise de suas reportagens e editoriais, podemos perceber a posição abertamente favorável de *O Globo* em relação à privatização do banco estadual. Dessa forma, procura-se o distanciamento da concepção liberal, que insiste em observar a imprensa como uma simples reprodutora dos fatos, isenta, neutra e imparcial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imprensa; economia; privatização.

**ABSTRACT**

The article intends to discuss the position that *O Globo* journal assumed in the case of the privatization of Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj), sold to the financial group Itaú in June 1997. Accordingly, we analyzed the reports and editorials by *O Globo* between 1996 and 1997 that can clearly show the favorable position of the journal respecting the privatization of the public bank. Keeping keep distance of the liberal conception was a main concern during the research, that insists to observe the press as dispassionate, neutral and impartial.

**KEYWORDS:** Press; economy; privatization.

---

\* Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor visitante do Departamento de Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ-FFP).  
E-mail: rafabrandao@uol.com.br.

## **Introdução**

O artigo tem como objetivo discutir a posição assumida pelo jornal *O Globo* na cobertura do processo de privatização do Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj). Para isso, serão analisadas as matérias internas e editoriais publicados pelo jornal pertencente à família Marinho sobre a desestatização do banco estadual.

Ao analisar o embate pela obtenção da hegemonia na sociedade capitalista, Gramsci distinguiu duas esferas distintas. A primeira delas corresponderia à sociedade política, isto é, ao conjunto de mecanismos pelo qual o grupo dominante detém o monopólio legítimo da violência e que no qual se identifica os aparelhos de coerção estatal. A outra esfera observada pelo pensador italiano seria a sociedade civil, representada pelo "conjunto de organismos comumente chamados de privados" (GRAMSCI, 2004, p. 12), no qual a hegemonia, o consentimento e as concepções de mundo são organizadas. Contudo, para Gramsci, a distinção entre sociedade civil e sociedade política é meramente uma separação metodológica, servindo apenas para que o autor chegasse a sua concepção ampliada de Estado: "sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção" (GRAMSCI, 2000, p. 46).

Ao discutir a atualidade do pensamento gramsciano, Josep Fontana observa que uma de suas mais importantes contribuições teóricas está relacionada às suas reflexões sobre os mecanismos pelos quais uma determinada classe exerce a sua dominação sobre as outras, "estabelecendo a sua hegemonia não somente pela coerção, como também mediante o consenso, transformando a sua ideologia de grupo num conjunto de verdades que se supõem válidas para todos e que as classes subalternas aceitaram" (FONTANA, 1998, p. 238). Estes mecanismos constituem o que Gramsci denominou de aparelhos "privados" de hegemonia. Os aparelhos "privados" de hegemonia são formados por escolas, sindicatos, partidos, imprensa e outras instituições, organizadas no interior da sociedade civil, e que são responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias formadoras da consciência social. São, portanto, os agentes da hegemonia, os portadores materiais da produção ideológica que buscam consolidar apoio na sociedade civil, seja para manter a dominação por parte dos grupos dominantes, seja para construção de projetos contra-hegemônicos pelas classes subalternas.

A partir da análise dos aparelhos “privados” de hegemonia, Gramsci entende a imprensa como um sujeito político construtor de consenso, cumprindo a função de organizar e difundir determinadas concepções de mundo, articuladas organicamente com um determinado agrupamento social “mais ou menos homogêneo, de um certo tipo e, particularmente, com uma certa orientação geral” (2004, p. 32).

Ao refletir sobre a imprensa, o principal meio de comunicação de sua época, Gramsci observa que, “a arte da imprensa revolucionou todo o mundo cultural, dando à memória um subsídio de valor inestimável e permitindo uma extensão inaudita da atividade educacional” (2004, p. 67).

Ao retomar as análises sobre seu papel nos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci define a imprensa como “a parte mais dinâmica” da superestrutura ideológica”, caracterizando-a como “a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a frente teórica ou ideológica” (2004, p. 78). Assim, enquanto aparelhos “privados” de hegemonia, os jornais e periódicos cumprem a função de “organizar e difundir determinados tipos de cultura”, fundamental para a construção de um consenso que se pretende hegemônico (2004, p. 78). Gramsci denomina de “jornalismo integral” aquele jornalismo

que não somente visa satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área [de influência] (2004, p. 197).

Assim, aos jornais, de acordo com Gramsci, interessava conquistar o leitor

em toda a sua concretude e densidade de determinações histórico-políticas e culturais, de motivações éticas, como indivíduo e como expoente de uma associação humana, como depositário de recursos intelectuais latentes e como *elemento econômico*, ou seja, precisamente como adquirente de uma mercadoria, de um produto (2004, p. 198).

Por isso, formar a opinião é uma operação ideológica “estritamente ligada à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a *sociedade civil* e a *sociedade política*, entre o consenso e a força” (2004, p. 265).

### **As privatizações brasileiras**

As privatizações, elemento central da política neoliberal, constituem-se, ao lado da abertura econômica, como a principal característica da reforma do Estado brasileiro realizada pelos governos Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, estabelecendo forte conexão com as formulações neoconservadoras que defendiam a redução da participação estatal na atividade econômica.

A partir do final da década de 1970 e início dos anos 80, o neoliberalismo passou a ser adotado por diferentes governos da Europa e também dos EUA. Na década de noventa, difundiu-se pelos países periféricos, incluindo o Brasil. Desde então, foram promovidas privatizações de empresas públicas em todo o mundo.

No Brasil, no período 1991/2002, foram privatizadas nada menos do que 165 empresas. No seu conjunto, os governos Collor, Itamar Franco e FHC, juntamente com alguns governos estaduais, foram responsáveis pelo desmonte do Estado brasileiro ao promover a venda de diversas empresas estatais.

A política privatista no Brasil teve o seu início ainda durante o regime militar. Em 1979, o general João Baptista Figueiredo criou o Programa Nacional de Desburocratização. Entre os seus objetivos estavam o de “velar pelo cumprimento da política de contenção da criação indiscriminada de empresas públicas, promovendo o equacionamento dos casos em que for possível e recomendável a transferência do controle para o setor privado”. Dois anos depois, em 1981, o mesmo governo criava a Comissão Especial de Desestatização, responsável pela privatização de 20 estatais e pela fusão e transferência para governos estaduais de outras 22 empresas (PICCOLO, 2010, p. 187).

Uma segunda fase das privatizações no Brasil corresponde ao governo José Sarney (1985/1989). No seu primeiro ano de governo, foi criado o Conselho Interministerial de Privatização, depois transformando em Conselho Federal de Desestatização. Novas formas de privatização foram definidas, prevendo-se desde a abertura do capital social das empresas até sua simples liquidação, passando pela "gestão privatizada" e pulverização de ações. Ao final do governo Sarney, foram vendidas 17 estatais, gerando uma arrecadação total de US\$ 549 milhões. Entre estas,

incluíam-se três importantes empresas: a Sibra (maior empresa produtora de ferro-liga à época); a Aracruz Celulose (uma das maiores indústrias do setor) e a Caraíbas Metais (única metalúrgica de cobre do país). Além destas, duas empresas pertencentes à Siderbrás, holding controladora das empresas estatais do setor siderúrgico, tiveram o seu processo de desestatização encaminhado: a Companhia Ferro e Aço de Vitória (Cofavi) e a Usinas Siderúrgicas da Bahia (Usiba).

É importante observar que, embora os governos Figueiredo e Sarney tenham sido responsáveis por algumas privatizações, estas não se configuravam como medidas centrais de suas políticas econômicas, ao contrário dos governos neoliberais que os sucederam na década de noventa.

Com Fernando Collor o processo de privatização entre em uma nova fase. Ao assumir o governo, Collor deu início a um processo de enxugamento administrativo do Estado no qual foram extintos um total de 24 órgãos federais, entre autarquias, fundações e empresas públicas. O número de ministérios passou de 25 para apenas 12. Durante seus dois anos de governo, interrompido pelo processo de impeachment, cerca de 11.500 funcionários públicos foram demitidos (PICCOLO, 2010, p. 81).

O seu governo também foi o responsável pela instituição do Programa Nacional de Desestatização (PND), que autorizava a privatização de empresas públicas e sociedades de economia mista. A criação do PND, em 12 de abril de 1990, colocaria a privatização como um elemento chave na agenda política dos governos que se seguiram desde a sua criação. Em linhas gerais, entre os principais objetivos do PND estavam: 1) reordenar o papel do Estado na economia, transferindo para o setor privado as "atividades indevidamente exploradas pelo setor público"; 2) contribuir para a redução da dívida pública; 3) permitir a retomada dos investimentos nas empresas que fossem privatizadas; 4) contribuir para a modernização do parque industrial do país.

Durante o governo Collor, os setores de telecomunicações, petróleo, gás e minerais nucleares ficaram excluídos do PND e, de acordo com as regras do programa, a participação estrangeira na compra das estatais deveria ser limitada em 40%. Das 18 estatais que haviam sido incluídas no PND em 1990, até dezembro de 1991, somente quatro delas foram privatizadas (PICCOLO, 2010, p. 279) <sup>1</sup>. A partir de 1992, o

---

<sup>1</sup> No ano de 1990, quando o PND foi instituído, nenhuma estatal foi privatizada. A primeira privatização, a da USIMINAS, só ocorreu em fins de 1991, quando além da siderúrgica, outras três empresas também

programa foi intensificado e 16 estatais foram vendidas naquele ano. Destas, nove eram empresas controladas pelo governo federal, na sua maioria, empresas dos setores de siderurgia, petroquímica e de fertilizantes. Além disso, outras 11 empresas públicas foram incluídas no programa para serem transferidas para o controle privado (PICCOLO, 2010, p. 286) <sup>2</sup>. Em 1992, também foram realizadas 11 licitações para serviços de consultoria visando à privatização de 31 empresas e participações, além de terem sido divulgados editais de venda de outras três estatais, entre elas, a CSN.

No modelo de privatizações do PND foi permitido a utilização de títulos desvalorizados da dívida pública federal, que eram convertidos nas chamadas “moedas de privatização”, também conhecidas como “moedas podres” (BIONDI, 1999, p. 17). As desvalorizações destes títulos chegavam a alcançar 50% e, em alguns casos, até 60% de seu valor de face. Isso fazia com que os US\$ 9,026 bilhões arrecadados pelo governo nos processos de privatização até o ano 2000 valessem, na prática, US\$ 4,513 bilhões.

No caso da privatização da USIMINAS, dos US\$ 1,494 bilhões arrecadados com a sua venda, somente US\$ 39,1 milhões foram pagos em moeda corrente. Nos casos da CELMA, MAFERSA e COSIDOR, o pagamento foi feito integralmente com “moedas podres”. A CSN também teve situação semelhante. A estatal do setor siderúrgico foi comprada por R\$ 1,05 bilhão, dos quais R\$ 1,01 bilhão foram pagos com títulos desvalorizados, vendidas aos “compradores” pelo próprio BNDES, com pagamento financiado em 12 anos. Ou seja, com a venda da CSN só ingressaram nos cofres públicos cerca de R\$ 38 milhões. Até 1997, em 45% das estatais privatizadas, nada menos do que 95% do valor destas empresas foram pagos com “moedas podres”.

A fase seguinte, marcada pela presidência de Itamar Franco, revelou algumas contradições no processo de desestatização. Apesar do adiamento inicial de alguns leilões, entre os quais o da CSN e da ULTRAFÉRTIL, Itamar deu prosseguimento ao PND, promovendo mudanças em seus procedimentos. A participação do capital estrangeiro foi aumentada de 40% para até 100% e, através do Decreto nº 724, foi dado ao governo federal a prerrogativa de determinar que uma parcela mínima dos recursos

---

foram vendidas ao capital privado: CELMA (material aeronáutico), MARFESA (materiais de transporte) e COSINOR (siderurgia).

<sup>2</sup> Foram elas: EMBRAER, COSIPA, CSN, AÇOMINAS, Lloydsbrás, COBRA, RFFSA, AGEF, Light, ESCELSA e Banco Meridional.

obtidos com a privatização fosse paga em moeda corrente, não sendo mais permitido o pagamento integral em “moedas podres” (PICCOLO, 2010, p. 292).

Assim, o PND teve continuidade no governo Itamar com a privatização, em 1993, de três grandes empresas do setor siderúrgico (CSN, COSIPA e AÇOMINAS), uma empresa do setor de fertilizantes (ULTRAFÉRTIL) e de duas participações minoritárias do setor petroquímico (POLIOLEFINA e OXITENO).

Um quinto momento das privatizações brasileiras e, certamente, o mais importante, dada a sua dimensão, corresponde ao governo FHC. Diferentemente de Collor, FHC conseguiu articular um pacto político baseado em um amplo apoio das diferentes frações do capital nacional e internacional, representadas por diversas entidades de classe e instituições, tais como FEBRABAN, FIESP, CNI, Firjan, BID, FMI, Banco Mundial, entre outras. Tal apoio possibilitaria não apenas a continuidade, mas também o aprofundamento das reformas neoliberais iniciadas nos dois governos anteriores.

O governo FHC também alterou algumas regras do processo de privatizações, estabelecendo novas diretrizes e ampliando o seu escopo. Nos seus oito anos de governo, importantes mudanças constitucionais foram aprovadas, entre elas, a eliminação de restrições em relação ao capital estrangeiro, a quebra do monopólio estatal sobre a exploração do petróleo – abrindo espaço para os leilões de poços e campos petrolíferos a partir da criação da Agência Nacional do Petróleo (ANP) – e o fim do controle estatal sobre o sistema de telecomunicações, possibilitando a venda de empresas públicas na área de telefonia (ARÊAS, 2010, p. 162). Foram, ainda, incluídos no PND, o setor elétrico, as concessões das áreas de transporte, rodovias, saneamento, portos, as telecomunicações e o setor financeiro.

Em resumo, as privatizações possibilitaram a transferência de gigantescas massas de capital para grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros. Esse processo foi facilitado por uma série de estímulos, vantagens e financiamentos dados pelo governo brasileiro aos compradores privados das estatais. Além disso, como procuraremos demonstrar neste artigo, houve uma intensa campanha contra as empresas públicas em grande parte da imprensa, realizando, segundo Aloysio Biondi, uma verdadeira “lavagem cerebral na população para facilitar as privatizações” (1999, p. 14).

### **O Proes e as privatizações dos bancos estaduais**

A privatização dos bancos estaduais resultou em uma das mais importantes transformações do sistema financeiro brasileiro no período recente. A principal política de privatização do setor consistiu no Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes). O objetivo era promover ajustes estruturais nas finanças do setor público, através da redução da participação dos bancos estaduais no sistema financeiro nacional, preferencialmente mediante a privatização, extinção, ou transformação em instituição não-financeira ou agência de fomento .

Os principais argumentos para a privatização dos bancos estaduais, apresentados no relatório de 1998 do Banco Central do Brasil, apontavam para problemas estruturais, como à “excessiva concentração de créditos, com elevado grau de inadimplência” e ao grande volume de emissão de títulos públicos estaduais, “o que os torna altamente dependentes de recursos no mercado financeiro, a taxa que, geralmente se situam bem acima daquelas regularmente praticadas” (BANCO CENTRAL, 1998).

Com o Proes foram criadas três linhas especiais de créditos, sendo duas delas voltadas para as privatizações e uma terceira para garantir a tomada, por parte de instituições financeiras federais, dos passivos dos bancos estaduais. O Proes foi inteiramente financiado com recursos públicos, mediante a emissão de títulos pelo Tesouro Nacional. Ao todo, o Proes consumiu mais de R\$ 73 bilhões, quase quatro vezes mais do que custou o Proer, programa semelhante ao Proes e destinado à salvação de bancos privados.

O comprometimento com as privatização dos bancos estaduais é reafirmado em diversos documentos do governo brasileiro encaminhados a instituições financeiras multilaterais como, por exemplo, o Fundo Monetário Internacional (FMI). No “Memorando de Política Econômica”, apresentado ao FMI, como parte do “Programa de Apoio Financeiro ao Governo Brasileiro” de agosto 1998, constava que o Brasil, naquele momento, realizava “o mais amplo programa de privatização da história” . Na terceira avaliação do acordo, realizada em junho de 1999, o governo brasileiro assegurava “continuidade à sua política de modernização e redução do papel dos bancos públicos na economia”. Pouco depois, na quarta avaliação, novamente são destacados “os avanços na área de privatização dos bancos estaduais”. Com base nos documentos

encaminhados para o FMI, podemos perceber, portanto, que estavam “claras as metas propostas, embora o governo não tenha conseguido alcançá-las plenamente, pois a privatização de alguns bancos encontrou sérias resistências sociais e políticas, além de entraves jurídicos para a sua execução (o caso mais notório foi o Banespa)” (MINELLA, 2001, p. 56).

Segundo dados da Associação Brasileira de Bancos Estaduais e Regionais (ASBACE), no ano de 1993, os bancos estaduais totalizavam 560 agências pioneiras, isto é, as primeiras agências bancárias implantadas nos municípios, desempenhando, assim, um importante papel no financiamento e desenvolvimento regional. Em 1996, pouco antes do início do processo de privatização dos bancos estaduais, estas instituições somavam ativos de R\$ 123 bilhões, o que corresponderia a 17,6% do total de ativos do sistema financeiro nacional, contando, ainda, com 3.900 agências e aproximadamente 134 mil funcionários (SALVIANO JR, 2004, p. 19). Atualmente, passados mais de uma década do início do Proes, o cenário é radicalmente diferente: a participação dos bancos estaduais no sistema financeiro nacional é inferior a 1,5%. Assim, o processo de privatização dos bancos estaduais atendeu essencialmente aos interesses do grande capital financeiro nacional e internacional, na medida em que somente grupos financeiros poderiam participar dos leilões. Até o ano de 2005, doze bancos estaduais passaram para o controle de grupos financeiros privados. O Bradesco adquiriu o Baneb, Credireal, BEA, BEM e o BEC e o Itaú comprou o Banerj, Bemge, Banestado e o BEG. Os bancos estrangeiros ficaram o Bandepe e o Paraiban (este privatizado fora do Proes), comprados pelo holandês ABN-Amro, além do Banespa, adquirido pelo espanhol Santander. Assim, o Proes não somente contribuiu para o processo de concentração do setor bancário, como também intensificou o processo de desnacionalização do sistema financeiro brasileiro, tendo em vista que dois grandes grupos financeiros estrangeiros, ABN-Amro e Santander, participaram ativamente dos leilões de privatização dos bancos estaduais, assumindo, inclusive, o controle do maior deles.

### **A venda do Banerj: o primeiro banco estadual privatizado**

O Rio de Janeiro foi o primeiro dos estados brasileiros a aderir ao Programa Nacional de Desestatização (PND), criado pelo governo Collor no início da década de 1990. Interrompido devido ao processo impeachment, o programa foi retomado em 1995, quando o governador Marcello Alencar encaminhou um projeto para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, instituindo o PED/RJ – Programa Estadual de Desestatização. Dentro do programa, sete empresas estaduais foram privatizadas: Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro (Cerj); Companhia Estadual de Gás (CEG); Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro (Metrô - RJ); Companhia de Navegação do Estado do Rio de Janeiro (Conerj); Companhia Fluminense de Trens Urbanos (Flumitrens); Terminal Menezes Cortes, além do Banerj.

As origens do Banerj remontam ao ano de 1946, quando foi fundado, na cidade do Rio de Janeiro, o Banco da Prefeitura do Distrito Federal (PREFEBANCO). A iniciativa de sua criação coube ao prefeito Henrique Dodsworth, através da Lei nº 7.355, de 02/03/1945. Na condição de principal agente bancário da prefeitura do Rio de Janeiro, o PREFEBANCO financiou importantes obras na cidade, entre elas, a construção do Maracanã para a realização da Copa do Mundo de 1950.

Em 1960, ao final do governo Juscelino Kubistchek, com a transferência da capital para Brasília e a criação do Estado da Guanabara, o banco passou a se chamar Banco do Estado da Guanabara (BEG). O período que se seguiu foi marcado por uma grande expansão de suas atividades bancárias. Tendo herdado sete agências do antigo PREFEBANCO, o BEG passou a contar, em 1964, com 30 agências na Guanabara e mais duas em outros estados. Como agente financeiro da Guanabara, o BEG participou da construção de inúmeros projetos do governo estadual, como a adutora do rio Guandu, os túneis Santa Bárbara e Rebouças, o Aterro do Flamengo, o elevador do Joá, o viaduto Paulo de Frontin, o Museu de Arte Moderna (MAM), entre outros.

Em 1974, o BEG incorporaria, por decisão do governo federal, o banco Halles, que havia sofrido intervenção do Banco Central e que possuía diversas agências espalhadas pelo país, especialmente em São Paulo. No ano seguinte, com a fusão entre o Estado da Guanabara e do Rio de Janeiro, ocorreu também a fusão do BEG com o BERJ (Banco do Estado do Rio de Janeiro). Desta fusão, surgiu o Banerj. O banco estadual

passaria, então, a ter grande presença em todo o Estado do Rio de Janeiro, chegando a contar com um total de 250 agências.

Após anos de precarização e deterioração das condições de trabalho, o Banerj, junto com outras empresas estaduais, tornou-se alvo da política de privatização do governo Marcello Alencar, sendo o primeiro banco estadual a ser privatizado no Brasil. Para a análise do processo de privatização do Banerj, procuramos recuperar os resultados levantados pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), realizada pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, com o objetivo de “apurar irregularidades nos processos de privatização no Estado do Rio de Janeiro”.

O processo de privatização do Banerj teve início com a intervenção do Banco Central e a decretação do Regime de Administração Especial Temporária (RAET). A partir de então, de acordo com a CPI, o Banerj é alvo de uma série de irregularidades cometidas por seus interventores: manipulação de balanços e de operações contábeis, subavaliação de patrimônio e do valor de venda, etc.

Segundo a CPI, o balanço patrimonial do Banerj, referente ao ano de 1994, “estava pronto, com ajustes patrimoniais absolutamente legais e lógicos, que foram cancelados pelos interventores, para que o patrimônio líquido ficasse negativo e oferecesse amparo técnico para a manutenção do RAET” (CPI, 2001, p. 10). O novo balanço só seria divulgado em junho/1996, transformando o patrimônio líquido positivo de R\$ 193.506,00 em patrimônio líquido negativo de R\$ 1.032.216,00.

Após a decretação do RAET, tem-se o início um rápido processo de precarização da instituição financeira, que passaria pela terceirização de sua administração, a sua inclusão no Programa Estadual de Desestatização (PED) e terminaria com a venda para o grupo Itaú, em 1997 (BRANDÃO, 2009, p. 5).

A contratação do banco Bozano, Simonsen para administrar o Banerj durante o RAET foi fundamental para a sua privatização. Após um convênio firmado entre o governo estadual e o Banco Central, no dia 20/10/1995, o Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro publicaria um edital de concorrência para a contratação de um gestor. Segundo a CPI, “a fórmula matemática de pontuação adotada tinha, claramente, mecanismos para privilegiar excessivamente a parte técnica em detrimento do preço”.

Assim, o vencedor da licitação foi o Bozano, Simonsen, mesmo sendo o que apresentou a proposta com o preço mais elevado <sup>3</sup>.

A gestão do Bozano, Simonsen foi extremamente lesiva para o Banerj, resultando no fechamento de 34 agências, na demissão de mais de 6.000 funcionários (40% do total de postos de trabalhos) e no aumento das tarifas bancárias (CPI, 2001, p. 18). A cada demissão que efetuava, o Bozano, Simonsen ganhava 20% sobre a remuneração de cada bancário demitido. Segundo o depoimento de um alto funcionário do Banco Bozano, Simonsen à CPI, a instituição financeira “faturou na faixa de R\$ 60 milhões, quando gerenciou o Banerj em RAET” (2001, p. 18). Dos seis primeiros meses de administração terceirizada do banco Bozano, Simonsen, o Banerj apresentou prejuízo em cinco. A exceção é maio, quando uma grande operação de especulação, envolvendo a troca de títulos da Siderbrás por títulos do setor elétrico, que se valorizaram com o leilão de privatização da Light, gerou um resultado que proporcionou ao Bozano, Simonsen lucrar, somente naquele mês, cerca de R\$ 27 milhões.

Outro importante passo para a privatização do Banerj foi a divisão da instituição em duas, ocorrida novembro de 1996. De um lado, o Banerj, “banco novo”, equilibrado financeiramente, que recebeu toda a atividade bancária e a rede de agências; de outro, o Banco do Estado do Rio de Janeiro (BERJ), “banco velho”, que ficou com os passivos.

A primeira tentativa de venda do Banerj foi marcado para a segunda quinzena de dezembro de 1996. Para fixar o preço mínimo, foi utilizada uma metodologia em que “vários fatores são adicionados a uma fórmula, e depois aplica-se um redutor que, para instituições financeiras, normalmente é de 6%”. Contudo, o Bozano, Simonsen “aplicou redutor de 14,5%, empurrando o preço para baixo” (CPI, 2001, p. 18-19). Com isso, o valor mínimo fixado para a venda do Banerj foi avaliado em R\$ 436.693.000,00. Caso fosse utilizado o redutor de 6%, o valor ficaria bem mais acima: R\$ 645.523.000,00.

Em função desta e de outras irregularidades, a Associação dos Funcionários do Banco do Estado do Rio de Janeiro (AFBERJ) entrou com ação na Justiça, conseguindo uma liminar que determinaria a suspensão do leilão de privatização do Banerj em duas ocasiões: 17/12/1996 e 26/12/1996. Esta situação levaria o Banco Central a prorrogar o

---

<sup>3</sup> No processo de licitação para a terceirização gestão do BANERJ, foram apresentadas as seguintes propostas: Liberal Deutsch Bank (R\$ 7.487.458,98); Graphus (R\$ 9.781.109,88); Cindan e CCF do Brasil (R\$ 13.011.185,47); Arbi Linear (R\$ 13.119.106,44); Bozano, Simonsen (R\$ 43.027.491,00).

RAET no Banerj (CPI, 2001, p. 19-20). Após uma longa batalha judicial, foi publicado um novo edital de privatização. Contudo, com a aprovação da Comissão Diretora do PED/RJ, o Bozano, Simonsen, no lugar de aumentar o valor do Banerj, fixaria o preço mínimo para o leilão em R\$ 311 milhões.

Pouco antes da privatização do Banerj, o governo Marcello Alencar efetuou um empréstimo junto à Caixa Econômica Federal (CEF) no valor de R\$ 3,1 bilhões para o pagamento de dívidas trabalhistas e previdenciárias do banco estadual. Com isso, o futuro comprador do Banerj estaria isento do pagamento de dívidas (CPI, 2001, p. 20).

No leilão, realizado no dia 26/06/1997, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ), o banco Itaú comprou o Banerj por R\$ 311,1 milhões, adquirindo 170 agências e mais de um milhão de clientes. O valor obtido com a privatização do Banerj representou um ágio de apenas 0,6% em relação ao preço mínimo fixado para o leilão (R\$ 310 milhões). Dos quatro pré-classificados para o leilão (Itaú, Bradesco, BCN e Pactual), o Itaú foi o único a apresentar proposta.

Com a aquisição, o Itaú, na época o segundo maior banco privado do país, ficaria quase R\$ 3 bilhões maior e se aproximaria do Bradesco, o primeiro no ranking dos maiores bancos privados do país. Os ativos do Itaú saltariam para R\$ 37,8 bilhões, contra R\$ 39,2 bilhões do Bradesco.

A compra do Banerj pelo Itaú foi realizada, em sua maior parte, com a utilização de “moedas podres”<sup>4</sup>, “contrariando frontalmente a Lei nº 2.470” (CPI, 2001, p. 20). Como tais moedas são compradas no mercado com desconto, o desembolso real do Itaú foi somente de cerca de R\$ 200 milhões.

Além disso, foram concedidas uma série de vantagens ao Itaú. De acordo com a CPI, “o contrato firmado entre o estado do Rio de Janeiro e o Banerj privilegia só o comprador, pois além de colocar o estado como cliente cativo do banco, permite a permanência no banco de dois dias da folha de pagamentos de todo o funcionalismo público e pensionistas e por três dias dos pagamentos dos fornecedores e dos repasses das arrecadações de tributos e rendas estaduais”(CPI, 2001, p. 20). O lucro líquido do Banerj no ano de 1997 foi de aproximadamente R\$ 100 milhões. Em termos

---

<sup>4</sup> O Itaú se utilizou dos títulos Elet, moeda de privatização originária de dívidas renegociadas da Eletrobrás, que possuíam um deságio próximo de 50% para negociação no mercado. Mas que valiam 100% na hora de serem apresentadas como pagamento nos processos de compra de empresas estatais.

percentuais, isso significava metade do valor real de venda do banco (R\$ 200 milhões), uma vez que foram utilizados, no leilão de privatização, títulos com deságio médio de 50% no mercado (moedas podres). Ou seja, em apenas dois anos, o Itaú recuperaria todo o investimento realizado na aquisição do Banerj.

Assim, ao levarmos em consideração a importância e a estrutura financeira do Banerj, nota-se que os critérios e valores utilizados na sua privatização permitiram uma verdadeira entrega do patrimônio público estadual para um grande grupo financeiro privado. Com a privatização do Banerj, o Itaú recebeu não só o direito de administrar todas as contas do funcionalismo público estadual, como também os pagamentos a fornecedores, a gerência de receitas, as transferências governamentais, etc. Com a privatização do Banerj e de outras empresas estaduais, a CPI concluiu que “os grandes perdedores foram a população do Estado, que no fim é quem arca com os desmandos produzidos pelo processo de privatização e pela deficiência e falta de controle público dos serviços, e os trabalhadores das empresas, pois milhares perderam seus empregos” (2001, p. 48).

### **A privatização do Banerj nas páginas de *O Globo***

O processo de privatização do Banerj foi objeto de inúmeros textos, reportagens e editoriais em *O Globo*. Em 31/12/1994, quando ocorreu a intervenção federal no Banerj e também no Banespa, seis páginas internas do jornal foram dedicadas ao assunto. Nos dias seguintes à ação do Banco Central, o jornal também daria grande ênfase ao tema.

Na matéria "*Intervenção para privatizar*", era afirmado que "as diretorias das duas instituições foram substituída por técnicos de confiança do BC que terão a missão de sanear os bancos e prepará-los para a privatização". Contudo, em nota emitida pelo ministério da Fazenda justificando a intervenção e reproduzida na mesma página da matéria por *O Globo*, colocava-se que a medida tinha como "propósito sanear as contas das duas instituições para viabilizar a eventual transferência de seu controle acionário". Ao mesmo tempo em que o governo federal anunciava a privatização como uma eventual possibilidade, o jornal da família Marinho observava a venda do banco como a

única saída possível, como está presente no próprio título da reportagem: "intervenção para privatizar". O texto da reportagem também destacava que os bancos privados "vinham se retirando gradativamente de operações com o Banespa e o Banerj" por não acreditarem que os dois bancos estaduais fossem capazes de pagar os empréstimos contraídos com aquelas instituições. Afirmava, ainda, que os bancos estaduais "vinham dependendo de forma crescente dos recursos de empréstimos do BC para fechar suas contas diárias". Portanto, na visão do jornal, ficava "claro que as instituições não conseguiriam equilibrar-se financeiramente", e que, por isso, a privatização era o melhor caminho a ser seguido (O GLOBO, 1994, p. 18).

Na página seguinte, em matéria com o título de "*Bancos estaduais atrapalham planos econômicos há anos*", o jornal afirmava que os problemas dos bancos estaduais não era nenhuma novidade e eram uma "dor de cabeça para os gestores de planos econômicos". Desde os anos oitenta, destacava a matéria, os bancos estaduais "quase sempre quebravam por custear obras de fim de governo e ajudar a eleger políticos". O programa de saneamento das instituições naquela década não teve êxito segundo *O Globo* e, desde então, "a dívida dos bancos estaduais com o BC só fez aumentar e, alguns deles continuaram sendo socorridos pelo BC" (1994, p. 19).

Na matéria intitulada "*Operação começou na noite de quinta-feira*", na mesma edição de 31/12/1994, o jornal citava que "Banespa e Banerj eram grandes riscos" e que o saneamento destas instituições iria "exigir também fechamento de agências e provavelmente demissões de funcionários" (1994, p. 22).

Na mesma página, o editorial "*Tempo certo*", afirmava que "a intervenção federal no Banespa e no Banerj - os dois maiores bancos estaduais do país - veio no tempo certo", uma vez que "em relação aos bancos estaduais, a única coisa a fazer era encarar a realidade: em face da insolvência, não há saída menos traumática que a intervenção" (1994, p. 22).

No dia seguinte à intervenção, a matéria "*Mais do que ajuste*" destacava que "mesmo que sofram um ajuste que inclua o corte de agências deficitárias fora do estado de origem e a demissão de funcionários", os bancos estaduais, entre eles o Banerj, continuariam "com uma carteira de empréstimos de qualidade duvidosa" (1995, p. 38).

A questão dos funcionários e das demissões foi tratada na reportagem "*Banerj estuda a demissão de mais de 3 mil*", também de 01/01/1995. Segundo a matéria, a

equipe do então governador Marcello Alencar estudava a demissão de 20% do quadro de funcionários da instituição. Novamente aparece uma das principais críticas ao Banerj e de defesa de sua venda: o número elevado de funcionários. Segundo *O Globo*, "o quadro de funcionários foi inchado pela constante recontração de funcionários aposentados do próprio banco" (1995, p. 39).

No dia 02/01/1995, novos ataques aos bancos estaduais, em geral, e ao Banerj, em particular podiam ser observados nas páginas do periódico. Segundo *O Globo*, "os bancos estaduais eram o calcanhar de Aquiles da política monetária do governo" (1995, p. 27). Em 03/01/1995, no editorial "*Solução*", a defesa da privatização apareceu, pela primeira vez, de forma mais clara. Segundo o editorial, a intervenção no Banerj e no Banespa só teria eficácia se os mesmos fossem preparados para a privatização. Caso contrário, "o saneamento, realizado pelos interventores com a ajuda do BC será o mesmo que carregar água em cestos". O retorno do controle acionário aos governos estaduais, segundo o editorial, seria um equívoco, uma vez que seria "inevitável o retorno dos problemas", ainda agravados "pois a estabilidade da moeda fez o sistema bancário cada vez mais competitivo". Concluía o editorial que, "com sua estrutura pesada de órgãos públicos, os bancos estaduais não teriam condições de fazer face á concorrência sem socorro periódico do BC" (1995, p. 22).

O apoio dos clientes à privatização aparece em *O Globo* como um dos principais argumentos para a venda do Banerj ao capital particular. Na matéria "*Correntistas se sentem mais seguros*", é destacado que "os clientes do Banerj, em sua maioria funcionários públicos, não só aprovaram a intervenção federal no banco, como também são favoráveis à sua privatização". Segundo o jornal, "a maioria dos correntistas dizia que sentia mais confiança em manter as aplicações no banco" depois que o Banco Central assumiu o controle e que "muitos chegaram a dizer, inclusive, que somente com a privatização o Banerj deixaria de ser usado para fins políticos" (1995, p. 22).

O tema é retomado em outra reportagem, desta vez em 20/11/1995. Citando uma pesquisa do Instituto Ibope, o jornal destacava que 64% da população do Rio de Janeiro acreditava "que os serviços prestados pelo banco estadual iriam melhorar caso o administrador mudasse". A expectativa, segundo a reportagem era a mesma para outras empresas públicas estaduais, como a CEG, a Cedae e a Cerj. Segundo *O Globo*, "de maneira geral, a população concorda com a privatização" (1995, p. 27).

Na mesma edição, em reportagem sobre a votação que aprovaria o Programa Estadual de Desestatização (PED-RJ) na Assembleia Legislativa, intitulada "*Projeto será votado amanhã*", era afirmado que "a população já deu o seu aval e os investidores também" e que "só faltava o Governo convencer a Assembleia Legislativa a aprovar o programa estadual de desestatização". No caso específico do Banerj, que foi também tema da reportagem, na visão de *O Globo*, "já estava provado que o estado é um péssimo banqueiro e um mau administrador" (1995, p. 27).

Em 17/12/1996, quando houve o primeiro adiamento da privatização do Banerj, o matéria "*A atribulada preparação para a venda*" dava destaque para o "atribulado processo" de venda do banco estadual. Porém, segundo o jornal, ocorreram avanços na preparação do Banerj para a sua venda, com "um profundo enxugamento do Banerj (...), quando começou a gestão do Bozano". Segundo *O Globo*, "foram fechadas 27 agências e demitidos 3.800 funcionários, e no dia 2 de dezembro, quando saíram as regras de licitação, já ninguém tinha dúvidas de que o processo era inevitável" (1996, p. 23).

Em editorial de 18/12/1996, sob o título "*Sem Alternativa*", era colocado que "o Banerj não tem terceiro caminho" (1996, p. 28). Isso significava que o banco estadual deveria ser necessariamente privatizado ou então liquidado extrajudicialmente.

Ter o seu controle transferido para o capital privado implicaria, segundo *O Globo*, "torná-lo lucrativo e eficiente". Ou seja, aparece aqui, mais uma vez, a retórica privatista de que as empresas estatais eram "inoperantes" e "ineficientes", e que para operarem de maneira "racional", deveriam passar para o controle particular. Ainda segundo o editorial, "nas mãos do governo, o banco terá morte certa", sendo apenas uma questão de "marcar da data" (1996, p. 28).

O editorial ainda defende que, não existindo outra alternativa, "os funcionários deveriam ser os primeiros a se empenhar pela privatização, e não os seus maiores inimigos", pois caso o banco não fosse privatizado, o número de desempregados iria "aumentar consideravelmente" (1996, p. 28). O relatório da CPI estadual, aqui analisado, demonstrou justamente o contrário: ou seja, a privatização levou a uma demissão em massa dos antigos funcionários do Banerj.

Em reportagem de 26/12/1996, sobre a indefinição em torno de segunda tentativa de venda do Banerj, que mais uma vez seria conseguida pelo sindicato, o jornal fazia um comparativo entre o "banco azul" e o "banco vermelho". Segundo *O Globo*, "o

banco azul foi criado (...) especialmente para a privatização", contava com ativos de R\$ 180 milhões e um lucro operacional entre R\$ 200 e 400 mil por mês. Para o jornal esses valores ainda eram baixos, porém "comparando com o desempenho do antigo banco, é excepcional". Assim, "os números fazem do novo Banerj um negócio atraente para os maiores bancos privados do país" (1996, p. 18).

Dois dias antes da privatização, em 24/06/1997, *O Globo* publicou novo editorial, agora em sua capa, sobre o Banerj. Intitulado "Odioso", o conteúdo tratava da dependência do banco de um empréstimo federal para "viabilizar" a sua privatização. Naquela data, o Banespa já tinha o seu processo de privatização encaminhado a partir de um acordo que permitiu a federalização do banco. Diferentemente, o Banerj ainda aguardava um acordo com o governo federal. A questão residia na autorização de um empréstimo da Caixa Econômica Federal para que o Banerj pudesse então saldar suas dívidas trabalhistas e previdenciárias e, assim, apresentar-se mais "atrativo" para o seu comprador. Segundo o jornal, nem o governo federal nem o Senado mostravam "o empenho e a boa vontade que revelaram no caso do Banespa". Na visão de *O Globo*, tratava-se de uma "discriminação odiosa" e que a "vítima" não era "apenas o governo estadual, mas todo o Estado do Rio de Janeiro" (1997, p. 1).

Por fim, o editorial, sob o título "O Banerj e o outros", publicado um dia após a venda do Banerj para o Itaú, expressava a concordância de *O Globo* com a venda do banco estadual. Logo na sua primeira linha, o jornal pertencente à família Marinho, da mesma forma que havia colocado no editorial de 1996, afirmava que "é provado e comprovado que os bancos estaduais só têm um caminho de sobrevivência: a privatização" (1997, p. 22).

Segundo o jornal, "depois de alguns sustos e tropeços, (...) o leilão foi realizado (...) com sucesso". Na longa matéria interna que cobriu a venda do Banerj no dia seguinte à sua venda, *O Globo* colocava que "o Itaú não poderia ter feito melhor negócio" e, ao invés de criticar a utilização de "moedas pobres", ao contrário, tratava-o com naturalidade, pois segundo a matéria, "a aceitação dessas moedas foi um dos recursos encontrados pelo governo do Rio para tentar manter o interesse dos bancos privados no leilão". Assim, concluía o editorial, "o Rio de Janeiro acabou prestando bom serviço à economia fluminense, salvando um importante banco na região - e também ao país" (1997, p. 22).

Dessa forma, podemos perceber que, longe de apresentar-se como "neutro" e "imparcial", *O Globo* assumiu "partido" de uma posição abertamente favorável à privatização do Banerj, apresentado a venda do banco estadual, desde a intervenção federal ainda em 1994, como a única saída possível.

### **Considerações finais**

As privatizações constituíram-se em um importante instrumento para a consolidação da hegemonia neoliberal burguesa no Brasil ao longo dos anos noventa e início da década seguinte, sobretudo durante os dois governos FHC. Para tanto, não foram poupados quaisquer instrumentos, sendo a imprensa, um dos mais importantes deles nesse processo.

Ao longo do artigo, ao estudarmos o caso do processo de privatização do Banerj, podemos perceber a atuação de um dos jornais de maior circulação no país, o jornal *O Globo*, controlado pela família Marinho, na defesa e difusão do consenso privatista no país. Assim, tal periódico atuou, no sentido conferido por Antonio Gramsci, como um importante aparelho "privado" de hegemonia, atuando no sentido não apenas de ganhar a adesão das classes subalternas em torno do projeto privatista, mas também de conferir organicidade e dirigir as ações dos representantes do grande capital privado, nacional e/ou estrangeiro, diretamente interessados na aquisição das empresas estatais privatizadas, como foi o caso do grupo Itaú, "comprador" do Banerj, em 1997.

### **Referências Bibliográficas**

ARÊAS, João Braga. *Batalhas de O Globo (1989-2002): o neoliberalismo em questão*. 2012. 359 p. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

BIONDI, Aloysio. *O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. O PROES e a privatização dos bancos estaduais: o caso do Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ). *Texto de Discussão nº 17*,

apresentado no POLIS – Laboratório de História Econômico-Social da UFF, Niterói, em 14/08/2009.

FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998.

FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito; CORRÊA, Maria Letícia (Orgs.). *200 Anos de Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Contracapa, 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Vol.3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política, 2000.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Vol. 2: Os intelectuais; O princípio educativo; Jornalismo, 2004.

MINELLA, Ary. Reforçando a Hegemonia Financeira Privada: a privatização dos bancos estaduais. IN: FERREIRA, Alceu Conceição e ALVIM, Valdir. *A Trama da Privatização: a reestruturação neoliberal do Estado*. Florianópolis: Insular, 2001.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira; MOREL, Marco; BESSONE, Tania Maria (Orgs.) *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2006.

PICCOLO, Monica. *Reformas Neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. 2010. 427 p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói.

RIBEIRO JR., Amaury. *A Privataria Tucana*. São Paulo: Geração Editorial, 2011.

SALVIANO JR, Cleofas. (2004). *Bancos Estaduais: dos problemas crônicos ao PROES*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004.

Recebido em 18/3/2015/

Aprovado em 14/5/2015.